PONTO DE VISTA

1095 Quando a economia gerada pelo pregão eletrônico é demais, o gestor deve desconfiar do preço estimado da licitação
Ricardo Alexandre Sampaio

DOUTRINA

1097 Alteração qualitativa do objeto do contrato
Benedicto de Tolosa Filho

1106 O objeto da política pública de preferência a produtos manufaturados e serviços nacionais – Delimitação necessária e críticas à normatização existente
Gabriela Verona Pércio

1112 A obrigatoriedade de licitar para a Administração Pública direta e indireta prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.666/93
João Josué Walmor de Mendonça

SISTEMA S

1115 As licitações no Sistema S e as recentes decisões do Tribunal de Contas da União
Guilherme Carvalho e Sousa
Gilian Daniel de Oliveira

REGISTRO DE PREÇOS

1117 Cancelamento do registro de preços – Limites para aplicação (e extensão) da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração que implique o cancelamento do registro de preços do beneficiário da ata
Flavia Daniel Vianna

PREGÃO EM DESTAQUE

1121 Inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas no pregão – Aplicação subsidiária do art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93
Camila Cotovicz Ferreira

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1124 Concessões, permissões, PPPs, RDC – Licitações menos comuns e seus editais – Quinta e última parte
Ivan Barbosa Rigolin

1143 Novo horizonte para as obras públicas
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho

TERCEIRIZAÇÃO

1145 O seguro-garantia nos contratos administrativos de serviços terceirizados
Lara Lourdes Azevedo Barbosa

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

1152 Garantia de acesso às informações da licitação a qualquer interessado

1154 Distinção entre a revogação da ata de registro de preços e o cancelamento do registro do fornecedor de acordo com o Decreto nº 7.892/13

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1156 1. Contrato – Fiscalização – Fiscal – Designação de empregado de empresa terceirizada – Impossibilidade.

1156 2. Registro de preços – Ata – Adesão – Limites – Quantitativo reservado para contratações por adesão inferior ao previsto no Decreto nº 7.892/13 – Fixação por ato interno do órgão ou da entidade – Possibilidade.

1157 3. Prorrogação do contrato – Caráter excepcional – Interpretação do § 4º do art. 57 da Lei nº 8.666/93 – Aplicação fracionada – Possibilidade.

1158 4. Registro de preços – Pesquisa de mercado – Demonstração de conformidade dos preços – Intervalo a ser observado – Peculiaridades do mercado.

1159 5. Serviços sociais autônomos – Órgãos e entidades integrantes do Sistema S – Despesas com festividades, eventos comemorativos e congêneres – Legalidade condicionada à demonstração de vinculação das despesas aos objetivos institucionais da contratante.

1160 6. Pregão – Eletrônico – Adoção para concessão onerosa de espaço público para exploração comercial de lanchonetes e restaurantes – Entendimento da Zênite.

1161 7. Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Licitação – Técnica e preço – Atribuição de fatores de ponderação iguais – Não obrigatoriedade.

1162 8. Pagamento – Condicionado à verificação da efetiva execução do contrato – Atesto emitido pelo fiscal – Necessidade.

1162 9. Projetos básico e executivo – Básico – Dispensa de licitação em função do valor – Elaboração – Possibilidade de ser dispensado nas hipóteses previstas no art. 5º da Resolução CONFEA nº 361.

1164 10. Contratações sustentáveis – Licitação – Fixação de critérios e práticas de sustentabilidade – Dever legal.

SÍNTESE TEMÁTICA ZÊNITE

1167 Melhores práticas para a condução do procedimento de rescisão contratual

LEGISLAÇÃO

1168 Instrução Normativa nº 4, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 15 de outubro de 2013
Altera a Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG.

JURISPRUDÊNCIA

1169 Recurso Especial nº 1.205.605 – STJ
Dispensa de licitação – Formalização – Justificativa fundamentada do gestor público – Necessidade.

1172 Apelação Cível nº 2008.84.00.012007-9 – TRF 5ª Região
Bens e serviços de informática – Contratação – Exigência – Assistência técnica nas proximidades da capital – Legalidade.

TRIBUNAIS DE CONTAS

1174 Acórdão nº 2.059/2013 – TCU – Plenário
Alteração do contrato – Limites – Acréscimos e supressões – Cálculo independente – Impossibilidade de compensação.

1183 **DESTAQUES JURISPRUDENCIAIS**